

CLIPPING IMPRESSO

19/05/2019



INDICE

1. JORNAL O IMPARCIAL	
1.1. JUÍZES.....	1 - 2
1.2. SINDJUS.....	3
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. ASSESSORIA.....	4 - 6
2.2. JUÍZES.....	7 - 8

JUSTIÇA

DPE discute direitos das minorias



DPE REALIZA SEMINÁRIOS PARA DISCUTIR DIREITOS

Os chamados “novos direitos”, advindos com a necessidade de estabelecer estratégias que garantam a inclusão social de populações vulneráveis, nortearam as discussões do Seminário “Atuação Estratégica e Novos Direitos”, em comemoração ao Dia Nacional da Defensoria Pública (19 de maio). Mais de 200 pessoas, entre defensores públicos, juízes, promotores e demais operadores do Direito, bem como acadêmicos, participaram do evento, aberto na manhã desta sexta-feira (17), no auditório do prédio do Curso de História da Uema, na Praia Grande. Promovido pela Defensoria Pública (DPE/MA), em parceria com a Defensoria Pública da União (DPU), o Seminário contou com diversas palestras e mesas redondas com juristas locais e de renome nacional. Na sua fala, o defensor público-geral, Alberto Pessoa Bastos, destacou o ineditismo da realização do Seminário pelas duas instituições, como parte das comemorações de data tão importante no calendário dos movimentos de luta em defesa dos direitos humanos no país.

“O nosso desejo é que as defensoras e defensores públicos saiam daqui renovados, na esperança de estarmos mais próximos da população, priorizando a solução dos conflitos e buscando cada vez mais tutelar direitos individuais e coletivos em favor da comunidade carente”, assinalou o defensor-geral, ressaltando a grande identificação do tema central do evento com a missão defensorial. A defensora-chefe da União, Ana Carolina Valinhas, também chamou atenção para a parceria e para os propósitos das discussões durante o Seminário. “Muito feliz pela concretização desse projeto conjunto, que repercutirá na qualificação do serviço que realizamos em favor dos menos favorecidos”, disse.

Desafios para a escalada da criminalidade

OSMAR GOMES DOS SANTOS

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís; Membro das Academias Ludovicenses de Letras, Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.

O Brasil do século XXI é uma nação com aproximadamente 210 milhões de habitantes, que vive inúmeros paradoxos e dá sinais de ter estagnado em uma encruzilhada cujo nó parece não desatar. O novo milênio só chegou para o Brasil em termos de passagem temporal. O país do futuro apresenta um cenário atrasado que insiste em demonstrar que muito pouco evoluímos daquele desejo de 70 anos atrás.

É fácil constatar que não avançamos como deveríamos em saúde, educação, tecnologia e infraestrutura, por exemplo. Mais triste ainda é confirmar que no tocante à segurança andamos para trás.

A violência tomou conta do Brasil! Dados de qualquer instituto comprovam facilmente que o índice de criminalidade cresceu assustadoramente nas duas últimas décadas, com destaque para capitais do norte e do nordeste e até para pequenas cidades de interior, que passaram a figurar na macha da violência.

Decerto que a violência deve ser analisada como um fenômeno social, afinal exsurge das relações que estabelecemos uns com os outros. Mas a sua gestação perpassa diversos fatores acerca dos quais teimo em pincelar um olhar crítico sobre alguns deles.

Debates carregados de ideologia sobre vitimização do criminoso ou da sua culpa exclusiva não contribuem para uma saída razoável do problema. Não invoco o determinismo para marcar minhas posições, mas não consigo meditar sobre a criminalidade dissociada de seu contexto social. Os ensinamentos rousseauianos de que o homem nasce bom e o meio o corrompe, precisam ser considerados ao se buscar as causas da violência fora de controle.

Atrevo-me a dizer que uma das causas principais da alta taxa de violência está associada à pobreza. Não digo com isso que ser pobre é um problema; longe de mim, um ex-flanelinha morador de palafita. Ocorre que a pobreza traz consigo muitas privações, obrigando pais e mães de famílias a passarem o dia longe dos filhos,

que por sua vez crescem sem as principais referências familiares.

A desigualdade na distribuição das riquezas é a principal causa de inúmeros problemas sociais, inclusive a pobreza. Dar a “volta por cima” não é uma tarefa fácil e alguns terminam apanhados pelas desventuras de uma vida sofrida.

A pobreza se reproduz nos guetos, nas palafitas, nas comunidades. Embora lugares de gente digna e honrada, por vezes são esquecidos pelo poder público. O filme Cidade de Deus retrata de forma categórica como se processa o surgimento e o aumento da criminalidade nessas regiões. A violência nas comunidades, sejam daqui ou da Cidade Maravilhosa, não surge da noite para o dia.

Essas regiões mais pobres são marcadas por um histórico, antes de tudo, de violência social. Muitos ali estão refugiados das secas ou das cheias constantes de um campo que já quase nada produz. O êxodo rural é um dos principais fatores de inchaço populacional das grandes cidades e que fez aumentar sobremaneira os aglomerados de moradias irregulares e até em áreas de risco. Tudo isso com a conivência do poder público.

A lacuna deixada ao longo de décadas pelo Estado tornou as pessoas que moram nessas regiões cidadãos esquecidos, anônimos. Geralmente é desse espaço que grupos criminosos precisam para se instalar, se consolidar e passar a ditar as normas dentro desta ou daquela comunidade como um poder paralelo, com leis e regras próprias.

Nesse particular, as drogas se apresentam como o carro chefe, o bem mais precioso, fazendo com que a vida da comunidade passe a orbitar em torno delas. A chegada das drogas

abre uma vida de infinitas possibilidades àqueles menores que estão desassistidos pelos pais que possuem uma longa jornada de trabalho. Faz crescer na região os crimes contra o patrimônio, as disputas por espaços, os crimes contra a vida.

Não por acaso, pode-se inferir, seguramente, que pelo menos 80% dos crimes contra o patrimônio e contra a vida estão, de alguma forma, relacionados com as drogas, que por sua vez faz movimentar a cadeia da violência em todo país.

Obviamente que a violência está também nas classes média e alta. Mas posso assegurar que são as camadas mais frágeis que sofrem com seus efeitos mais nefastos e onde precisa maior intervenção por parte do poder público que, por anos, relegou essas áreas à própria sorte. Quanto a isso, não existe exemplo melhor do que as UPPs, no Rio de Janeiro, embora a corrupção tenha corroído tão importante projeto social.

Inúmeras comunidades cariocas passaram a respirar outros ares com a chegada dessas unidades de polícia e de outras benfeitorias. Negócios foram abertos, a economia local foi movimentada, projetos sociais ganharam força, a qualidade de vida respirou nas favelas cariocas, mesmo que por um curto espaço de tempo.

Aquela experiência comprovou que é possível mudar. O Estado precisa voltar a ocupar o papel de protagonista na sociedade, promovendo políticas públicas capazes de acabar com a pobreza e de devolver a dignidade aos cidadãos. As comunidades precisam estar melhor estruturadas e o aparelhamento público condizente com a sua realidade.

Os núcleos familiares e comunitários devem ser resgatados, ao mesmo tempo em que se garante o acesso a serviços de saúde de forma plena e ao ensino de qualidade e integral, pois só a educação pode fazer a transformação maior da qual necessitamos.

Portanto, a violência não existe por si só. Ela não é causa, mas consequência de um círculo vicioso cujo necessário rompimento já extrapola o badalar das horas. É chegado o momento de acabar com a pobreza, não apenas no que diz respeito ao aspecto financeiro, mas a pobreza de espírito, de valores, que corroem os sonhos de uma nação.

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



1 O Sindicato dos Servidores do Judiciário do Maranhão entrou em pânico, esta semana, em razão do TJ-MA ter retirado da folha, o desconto dos associados. O presidente Aníbal Lins, que dirige a entidade por longos anos, diz que o TJ adotou a MP 873, do governo Bolsonaro.

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br



A ciência brasileira na UTI

A ciência brasileira vive um momento crítico. Cortes nos últimos anos no orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia em sucessivos governos atingiram em cheio pesquisas em todas as áreas. O último corte de recursos agravou drasticamente a situação que, há anos, já era tida como crítica.

O recente contingenciamento de 42,27% das despesas do Ministério da Ciência e Tecnologia coloca em risco o financiamento de cerca de 11 mil projetos e 80 mil bolsas de estudo. Nunca houve cortes de tamanha magnitude. Se eles não forem revertidos, destruirão a ciência brasileira, num ataque sério ao desenvolvimento e à própria soberania nacional. Em comparação com 2010, a queda foi de quase 80%, em valores corrigidos.

Pesquisas em todas as áreas – inclusive de humanas – estão em risco. As primeiras afetadas são as pesquisas dependentes de laboratórios, que já estão sem manutenção, sem materiais e com uma infraestrutura defasada. Os cortes também prejudicam cooperações internacionais e são observados com preocupação na Europa. No ano passado, o CNPq não concedeu bolsas dos programas de intercâmbio para cientistas na Europa, por não haver garantias de que elas seriam pagas.

As incertezas quanto à possibilidade de financiamento para as instituições de ensino superior já provocam um comedimento das universidades estrangeiras, com o menor fluxo de recursos para o trabalho conjunto nas pesquisas de intercâmbio. Em 2016, foram destinados cerca de 11 milhões de euros para bolsas e projetos com parceiros brasileiros no exterior. Em 2018, esse valor foi de apenas 8,7 milhões de euros. O cenário trágico não surgiu de uma hora para outra. Ele é fruto de uma série de cortes em curso há vários anos.

O processo de cortes é contínuo. Há cerca de 20 anos, a ciência no Brasil vivia seus tempos áureos. A partir dos anos 2000, mais recursos já começavam a ser investidos no setor. Em 2006, houve um aumento progressivo nas verbas destinadas à pasta. Em 2010, os investimentos no ministério atingiram o ápice, chegando a aproximadamente R\$ 8,6 bilhões. Em valores atualizados, esse montante representa hoje quase R\$ 10 bilhões.

Marca semelhante foi alcançada em 2013. Na época, a cultura de investimentos em ciência parecia estar se consolidando. Porém, a partir de 2014, teve início a crise que se estende até os dias de hoje. O orçamento da pasta passou a sofrer cortes constantes durante os anos seguintes, com o Ministério da Ciência e Tecnologia incorporando o Ministério das Comunicações, sofrendo com isso um contingenciamento de 44% das despesas previstas para 2017. Naquele ano, foram investidos apenas R\$ 3,77 bilhões – o menor orçamento dos últimos 12 anos. O impacto foi tanto que levou entidades de pesquisa a se articularem no movimento ‘Conhecimento sem cortes’, que denunciou a morte lenta da ciência no país devido à redução constante dos investimentos.

No início de 2018, a situação parecia um pouco melhor com o anúncio de um investimento de R\$ 4,7 bilhões na pasta. Porém, houve novamente cortes, atrasando o pagamento de bolsas em dezembro de 2018. Esse atraso levou o CNPq a entrar em 2019 com um rombo de R\$ 300 milhões no orçamento. Para este ano, o Congresso havia aprovado um orçamento de 5,1 bilhões para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Porém, o governo decretou o contingenciamento de 42% das despesas da pasta, reduzindo para cerca de 2,9 bilhões os recursos disponíveis para o ministério. O CNPq dispõe de verbas para pagar bolsistas apenas até setembro deste ano. Essa previsão, porém, não inclui o novo corte. Especialistas estimam que esse valor cubra os pagamentos somente até julho. Desde 2016, os repasses para o pagamento de bolsas concedidas pelo CNPq vem caindo, passando de pouco mais de R\$ 1,1 bilhão para R\$ 784,7 mil, em 2019. Metade dos 80 mil bolsistas do CNPq fazem iniciação científica e recebem apenas entre R\$ 100,00 e R\$ 400,00 por mês. Além de correrem o risco de ficarem sem receber, os mestrandos e doutorandos possuem ainda bolsas com valores muito baixos, defasados pela inflação. Os valores de R\$ 1,5 mil mensais para mestrado e R\$ 2,2 mil mensais para doutorado não são reajustados desde 2013.

As pesquisas de saúde estão em risco. Instituições ligadas à ciência afirmam que os cortes anunciados pelo Governo Federal atingem o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que financia a infraestrutura de instituições científicas. O fundo teve 80% de seus recursos contingenciados.

Está ocorrendo um desmonte do sistema nacional de ciência e tecnologia, colocando em risco os grupos de pesquisa constituídos nos últimos anos. O atual corte pode afetar grandes projetos como o Sirius e o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, que o Brasil construiu a duras penas, ou o Laboratório de Ciência e Computação. Esses projetos poderão ficar sem condições de operar, interrompendo vários projetos. No futuro, o país pode ter dificuldades para desenvolver pesquisas essenciais na área de saúde. O Brasil só foi pioneiro nos estudos sobre o zika porque na época havia condições para a realização de pesquisas. Cientistas brasileiros foram os primeiros a descobrir a conexão entre o vírus e os casos de microcefalia.

O cortes de verbas para pesquisa impulsionam a fuga de cérebros, com pesquisadores deixando o Brasil para realizar seus trabalhos em países que ofereçam melhores condições de trabalho.

Atualmente, o protagonismo das nações está baseado muito mais no poder do conhecimento do que no das armas. O que vai acontecer no Brasil num mundo que valoriza cada vez mais o conhecimento? A resposta é óbvia: o país vai se atrasar cada vez mais em relação aos outros países.

O Brasil investe menos de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) na área de ciência, tecnologia e inovação. Em alguns países europeus, o percentual gira em torno de 3%, e nos Estados Unidos, é de cerca de 2%.

PETINHADAS

O jornalismo e a democracia prática pela inteligência

Era a década de 60, o Woodstock acontecia, a contracultura aflorava e o choque de gerações aumentava. Enquanto soldados lutavam no Vietnã, jornalistas e escritores militavam no campo das letras.

Assim, nascia o Novo Jornalismo, trazendo técnicas literárias para narrar fatos e histórias que os veículos de comunicação conservadores ignoravam.

É fato que existem fronteiras entre o jornalismo e a literatura, mas não é tão difícil conseguir um visto para transitar entre um e o outro.

Muitos escritores se perguntam se o jornalismo é um fator bom ou ruim para a literatura.

O que se sabe é que – benéfica ou não – essa relação é, inegavelmente, estreita e vem movimentando algumas redações brasileiras, desde os Séculos 18 e 19.

Uma coisa é certa: a partir do momento em que essa fronteira é ultrapassada, tanto o jornalista quanto o leitor saem mais ricos do processo, com a união das ferramentas literárias com o discurso jornalístico.

Essa união faz da imprensa um aparato máximo na difusão de conhecimento. É o que Machado de Assis definia como “democracia prática pela inteligência”.

(ANTÔNIO CARLOS LUA - JORNALISTA)

PETINHADAS

- Há no parquet quem tenha achado desnecessária a advertência da Corregedoria de Justiça aos juízes maranhenses para que evitem se ausentar do local de trabalho!!! Entende o 'analista do MP' que houve uma generalização de algo que é exceção, sem tratar publicamente outro aspecto relevante, que seria a produtividade!!! Dados à disposição da própria Corregedoria mostrariam que essa produtividade tem sido positiva em grande parte das unidades jurisdicionais do interior!!! Além disso, faltaria também divulgar o resultado das correições que são feitas em varas cíveis da capital, constantemente alvos de queixas de advogados, porque os processos não andam de jeito nenhum!!! Bom, taí o 'recado'!!!

Osmar Gomes dos Santos

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís, membro das academias Ludovicense de Letras, Maranhense de Letras Jurídicas e Matinense de Ciências, Artes e Letras.



DESAFIOS PARA A ESCALADA DA CRIMINALIDADE

O Brasil do século XXI é uma nação com aproximadamente 210 milhões de habitantes, que vive inúmeros paradoxos e dá sinais de ter estagnado em uma encruzilhada cujo nó parece não desatar. O novo milênio só chegou para o Brasil em termos de passagem temporal. O país do futuro apresenta um cenário atrasado que insiste em demonstrar que muito pouco evoluímos daquele desejo de 70 anos atrás.

É fácil constatar que não avançamos como deveríamos em saúde, educação, tecnologia e infraestrutura, por exemplo. Mais triste ainda é confirmar que no tocante à segurança andamos para trás.

A violência tomou conta do Brasil! Dados de qualquer instituto comprovam facilmente que o índice de criminalidade cresceu assustadoramente nas duas últimas décadas, com destaque para capitais do norte e do nordeste e até para pequenas cidades de interior, que passaram a figurar na macha da violência.

Decerto que a violência deve ser analisada como um fenômeno social, afinal surge das relações que estabelecemos uns com os outros. Mas a sua gestação perpassa diversos fatores acerca dos quais teimo em pincelar um olhar crítico sobre alguns deles. Debates carregados de ideologia sobre vitimização do criminoso ou da sua culpa exclusiva não contribuem para uma saída razoável do problema. Não invoco o determinismo para marcar minhas posições, mas não consigo meditar sobre a criminalidade

dissociada de seu contexto social. Os ensinamentos rousseauianos de que o homem nasce bom e o meio o corrompe, precisam ser considerados ao se buscar as causas da violência fora de controle.

Atrevo-me a dizer que uma das causas principais da alta taxa de violência está associada à pobreza. Não digo com isso que ser pobre é um problema; longe de mim, um ex-flanelinha morador de palafita. Ocorre que a pobreza traz consigo muitas privações, obrigando pais e mães de famílias passarem o dia longe dos filhos, que por sua vez crescem sem as principais referências familiares.

A desigualdade na distribuição das riquezas é a principal causa de inúmeros problemas sociais, inclusive a pobreza. Dar a "volta por cima" não é uma tarefa fácil e alguns terminam apanhados pelas desventuras de uma vida sofrida. A pobreza se reproduz nos guetos, nas palafitas, nas comunidades. Embora lugares de gente digna e honrada, por vezes são esquecidos pelo poder público. O filme Cidade de Deus retrata de forma categórica como se processa o surgimento e o aumento da criminalidade nessas regiões. A violência nas comunidades, sejam daqui ou da Cidade Maravilhosa, não surge da noite para o dia.

Essas regiões mais pobres são marcadas por um histórico, antes de tudo, de violência social. Muitos ali estão refugiados das secas ou das cheias constantes de um campo que já quase nada produz. O êxodo rural é

um dos principais fatores de inchaço populacional das grandes cidades e que fez aumentar sobremaneira os aglomerados de moradias irregulares e até em áreas de risco. Tudo isso com a convivência do poder público.

A lacuna deixada ao longo de décadas pelo Estado tornou as pessoas que moram nessas regiões cidadãos esquecidos, anônimos. Geralmente é desse espaço que grupos criminosos precisam para se instalar, se consolidar e passar a ditar as normas dentro desta ou daquela comunidade como um poder paralelo, com leis e regras próprias. Nesse particular, as drogas se apresentam como o carro chefe, o bem mais precioso, fazendo com que a vida da comunidade passe a orbitar em torno delas. A chegada das drogas abre uma vida de infinitas possibilidades àqueles menores que estão desassistidos pelos pais que possuem uma longa jornada de trabalho. Faz crescer na região os crimes contra o patrimônio, as disputas por espaços, os crimes contra a vida. Não por acaso, pode-se inferir, seguramente, que pelo menos 80% dos crimes contra o patrimônio e contra a vida estão, de alguma forma, relacionados com as drogas, que por sua vez faz movimentar a cadeia da violência em todo país.

Obviamente que a violência está também nas classes média e alta. Mas posso assegurar que são as camadas mais frágeis que sofrem com seus efeitos mais nefastos e onde precisa maior intervenção por parte do poder público que, por anos, relegou essas

áreas à própria sorte. Quanto a isso, não existe exemplo melhor do que as UPPs, no Rio de Janeiro, embora a corrupção tenha corroído tão importante projeto social.

Inúmeras comunidades cariocas passaram a respirar outros ares com a chegada dessas unidades de polícia e de outras benfeitorias. Negócios foram abertos, a economia local foi movimentada, projetos sociais ganharam força, a qualidade de vida respirou nas favelas cariocas, mesmo que por um curto espaço de tempo. Aquela experiência comprovou que é possível mudar. O Estado precisa voltar a ocupar o papel de protagonista na sociedade, promovendo políticas públicas capazes de acabar com a pobreza e de devolver a dignidade aos cidadãos. As comunidades precisam estar melhor estruturadas e o aparelhamento público condizente com a sua realidade.

Os núcleos familiares e comunitários devem ser resgatados, ao mesmo tempo em que se garante o acesso a serviços de saúde de forma plena e ao ensino de qualidade e integral, pois só a educação pode fazer a transformação maior da qual necessitamos.

Portanto, a violência não existe por si só. Ela não é causa, mas consequência de um círculo vicioso cujo necessário rompimento já extrapola o badalar das horas. É chegado o momento de acabar com a pobreza, não apenas no que diz respeito ao aspecto financeiro, mas a pobreza de espírito, de valores, que corrompem os sonhos de uma nação.